

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PODEMOS FALAR EM DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO?

Special Education in Higher Education: can we speak on access democratization?

**Educación Especial en la Educación Superior: ¿podemos hablar en
democratización del acceso?**

Leonardo Santos Amâncio Cabral¹

Vivian Santos²

Enicéia Gonçalves Mendes³

Resumo:

Compreendendo-se a importância que os indicadores e microdados censitários da Educação Superior representam para a avaliação processual e possíveis direcionamentos políticos e práticos, o objetivo do presente estudo foi o de reunir, sistematizar e analisar alguns indicadores, em escala nacional, referentes aos estudantes que compõem o público-alvo da Educação Especial nas Instituições da Educação Superior brasileiras. Trata-se de um estudo documental com análise estatística descritiva, que considerou os indicadores “Dependência Administrativa”, “Tipo de Curso”, “Sexo” e “Critério de elegibilidade para compor o PAEE” cruzados com o número de matrículas nas Unidades Administrativas desse nível de ensino. Após tratamento e análise dos dados, as primeiras aproximações nos trazem as seguintes indagações: o que justifica as discrepâncias entre as sinopses e os microdados do Censo da Educação Superior? Existe uma indução dos dados sobre a democratização do acesso, em detrimento da disponibilização de recursos públicos e privados? Como possíveis correlações entre os microdados poderão contribuir para a condução de políticas e práticas da Educação Superior? Espera-se que o presente artigo contribua com ulteriores estudos correlacionais para fomentar a integração de atividades de planejamento estratégico e avaliação institucional das Instituições da Educação Superior brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior. Educação Especial. Microdados.

Abstract

The aim of the present study was to gather, systematize and analyze some indicators, at a national scale, of the students who are responsible for the evaluation process and possible political and practical orientations. make up the target audience of Special Education in Brazilian Higher Education Institutions. This is a documentary study with descriptive statistical analysis, which considered the indicators "Administrative Dependence", "Course Type", "Sex" and "Eligibility Criteria for PAEE", matched with the number of enrollments in the Administrative Units of this level of education. After treatment and data analysis, the first approximations bring us the following questions: what justifies the discrepancies between the synopses and microdata of the Higher Education Census? Is

there an induction of data on the democratization of access, to the detriment of the availability of public and private resources? How possible correlations between microdata can contribute to the conduct of Higher Education policies and practices? It is hoped that the present article will contribute to further correlational studies to foster the integration of strategic planning activities and institutional evaluation of Brazilian Higher Education Institutions.

KEYWORDS: Higher Education. Special education. Microdata.

Resumen

Se comprende la importancia que los indicadores y microdatos censales de la Educación Superior representan para la evaluación procesal y posibles direccionamientos políticos y prácticos, el objetivo del presente estudio fue el de reunir, sistematizar y analizar algunos indicadores a escala nacional referentes a los estudiantes que, que componen el público objetivo de la Educación Especial en las Instituciones de Educación Superior brasileñas. Se trata de un estudio documental con análisis estadístico descriptivo, que consideró los indicadores "Dependencia Administrativa", "Tipo de Curso", "Sexo" y "Criterio de elegibilidad para componer el PAEE" cruzados con el número de matrículas en las Unidades Administrativas nivel de enseñanza. Después del tratamiento y análisis de los datos, las primeras aproximaciones nos traen las siguientes indagaciones: ¿qué justifica las discrepancias entre las sinopsis y los microdatos del Censo de la Educación Superior? ¿Existe una inducción de los datos sobre la democratización del acceso, en detrimento de la disponibilidad de recursos públicos y privados? Como posibles correlaciones entre los microdatos pueden contribuir a la conducción de políticas y prácticas de la Educación Superior? Se espera que el presente artículo contribuya con ulteriores estudios correlacionales para fomentar la integración de actividades de planificación estratégica y evaluación institucional de las Instituciones de Educación Superior brasileñas.

PALABRAS CLAVE: Educación Superior. Educación Especial. Microdatos.

¹ Professor Adjunto II. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. Endereço: Rod. Washington Luís, km 235, São Carlos, São Paulo, CEP-13565-905. E-mail: prof.leonardocabral@gmail.com

² Doutoranda em Educação Especial. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. Endereço: Rod. Washington Luís, km 235, São Carlos, São Paulo, CEP-13565-905. E-mail: vivi.eesp@gmail.com

³ Professora Titular. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. Endereço: Rod. Rod. Washington Luís, km 235, São Carlos, São Paulo, CEP-13565-905. E-mail: eniceia.mendes@gmail.com

INTRODUÇÃO

O ingresso do Público Alvo da Educação Especial (PAEE) em Instituições de Educação Superior – IES é fato em todo o território nacional, sobretudo a partir da década

de 1980, quando os princípios promulgados pela ONU para o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, instituído em 1981, e para a Década das Nações Unidas para a Pessoa com Deficiência - 1983 a 1992, contribuíram para o respaldo ao reconhecimento do direito de acesso dessa população a todos os níveis de ensino, fomentando ao longo dos anos seguintes o aumento do número de matrículas desses estudantes em IES.

Contudo, denotando certa invisibilidade institucional e política, dentre outras evidências, nem mesmo os dados censitários educacionais faziam alguma referência à população nas IES brasileiras, o que viria a acontecer somente a partir do Censo Educacional de 2001, quando esses dados passaram a ser apresentados de maneira sistematizada e periódica pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação e da Cultura (MEC). Desde então, anualmente, é realizado em âmbito nacional o Censo da Educação Superior, sob a coordenação da Diretoria de Estatísticas Educacionais em todas as IES do país.

Ocorre que, quando exploramos a literatura científica sobre a temática, o que se percebe é que as investigações e discussões se restringem, predominantemente, aos cenários universitários, particularmente às esferas administrativas públicas federal e estadual, deixando a desejar a construção de um panorama mais amplo sobre ao acesso do PAEE na Educação Superior brasileira como um todo, uma vez que, para além das universidades, esse nível de ensino abrange outras instituições como os Centros Universitários, as Faculdades, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Centros Federais de Educação Tecnológica.

Desse panorama, se ousarmos destacar algumas das produções nacionais publicadas nos últimos 20 anos, em periódicos científicos, temos estudos que nos permitem constatar a afirmativa precedente, tais como os de Soares (1998); Valdés (2006); Moreira, Bolsanello e Seger (2011); Brito, Quirino, Porto (2013); Cabral e Melo (2017).

Inquietos com esse quadro, tanto no que diz respeito às investigações específicas e aprofundadas sobre dados censitários referentes à Educação Especial na Educação Superior, quanto à construção de um panorama que envolva todas as instituições desse nível de ensino e respectivas unidades administrativas no âmbito dessas discussões em escala nacional, é que ampliamos a busca na esfera da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Naquele ambiente, utilizando-se de combinações dos descritores “Censo”, “Censitário”, “Educação Superior”, “Deficiência”, “Necessidades

Educacionais Especiais” e “Necessidades Especiais”, ainda que alguns estudos tenham emergido no sistema de busca avançada, ao serem explorados os títulos e resumos, não foi identificada nenhuma dissertação ou tese que tratasse especificamente da análise sistemática dos microdados censitários referentes ao PAEE em todas as unidades acadêmicas da Educação Superior.

Assim, considerando-se que “as estatísticas e avaliações produzidas pelo Inep visam fornecer os subsídios para a formulação e implementação de políticas voltadas para a melhoria contínua da educação no país”, é que compreendemos a importância e a emergência dos indicadores e microdados censitários da Educação Superior serem cuidadosamente explorados e analisados (INEP, 2016, p. 3).

Indicadores da Educação Superior: primeiras aproximações

Na perspectiva de aproximarmos-nos dos microdados censitários da Educação Superior, é possível expor que esses são divididos em quatro grandes módulos, a saber: *Instituições de Educação Superior*; *Curso*; *Docente*; e *Aluno*. Interessa, contudo, compreender as possibilidades que essas informações podem trazer às discussões inerentes à Educação Especial na Educação Superior.

1º Módulo: Instituições de Educação Superior

Nesse primeiro módulo, são dispostos indicadores com base no que é estabelecido pela Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores. Segundo este órgão do governo federal brasileiro, as Instituições de Educação Superior (IES) de nosso país têm como organizações acadêmicas as Universidades, os Centros Universitários, as Faculdades, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Centros Federais de Educação Tecnológica que, por sua vez, podem ser de diferentes categorias administrativas, a saber: Pública Federal; Pública Estadual; Pública Municipal; Privada com fins lucrativos; Privada sem fins lucrativos; e Especial, todas mantidas por pessoas jurídicas que provêm os recursos necessários ao funcionamento da instituição de ensino e a representam legalmente. Ainda, é possível identificar a instituição por município, unidade federativa e região, a qual é feita com base na localização da reitoria/sede administrativa.

Outros indicadores interessantes desse módulo agrupam-se nas seguintes unidades temáticas: a) Funcionários Técnico-Administrativos (Escolaridade e Sexo); b) Biblioteca (acesso ao Portal Capes e a outras bases); c) Repositórios (Institucionais, Buscas

Integradas, Redes Sociais, Catálogo Online, Periódicos e/ou Livros Eletrônicos); d) Financiamento da Educação Superior (Receitas Próprias; Despesas com remuneração de pessoal – docentes, técnico-administrativos, pedagógicos, benefícios e encargos sociais; Custeio; Investimento; Pesquisa; e Outras).

2º Módulo: Cursos

Os indicadores do segundo módulo, por sua vez, contemplam: a) Dados das IES (Identificação, Categoria Administrativa, Organização Acadêmica); b) Dados do Curso (Local de Oferta; Identificação); c) Grau Acadêmico conferido à/ao estudante (Bacharelado, Licenciatura, Tecnológico); d) Modalidade de Ensino (Presencial, Curso à distância); e) Nível Acadêmico (Graduação, Sequencial de Formação Específica); f) Gratuidade; g) Atributo de ingresso do/a Estudante; h) Carga horária mínima do curso; i) Data de início do curso; j) Data de autorização do curso; k) Funcionamento do curso (Turnos Integral, Matutino, Vespertino ou Noturno); l) Prazo mínimo de integralização do curso em número de anos ou fração (para todos os turnos e modalidades); m) Disciplinas ou Cargas Horárias Semipresenciais; n) Oferta de Laboratórios; o) Quantidade de inscritos no processo seletivo por vagas novas ou remanescentes e para programas especiais em todos os turnos e modalidades, considerando-se suas variáveis derivadas.

Vale ressaltar, contudo, que dentre os indicadores deste módulo, chamam nossa atenção para as discussões inerentes à Educação Especial na Educação Superior, aqueles que dizem respeito às condições de acessibilidade oferecidas pelo curso para o PAEE, que envolvem: materiais, disciplinas, profissionais e recursos.

3º Módulo: Docente

No presente módulo censitário, são reunidos microdados inerentes ao perfil docente da Educação Superior, que constituem algumas unidades temáticas, a saber:

a) Dados sobre a Instituição de vínculo: Código, Categoria Administrativa e Organização Acadêmica;

b) Dados do Docente: Código de identificação; Situação (Em exercício, Afastado para qualificação, Afastado para exercício em outros órgãos/entidades, Afastado por outros motivos, Afastado para tratamento de saúde); Grau de escolaridade (Sem graduação, Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado); Regime de trabalho (Tempo Integral com dedicação exclusiva, Tempo Integral sem dedicação exclusiva,

Tempo Parcial, Horista); Sexo; Ano, mês e dia de nascimento; Idade que o docente completa no ano de referência do Censo; Cor/raça; País de nascimento ou de naturalização; Nacionalidade (Brasileira, Brasileira – nascido no exterior ou naturalizado, Estrangeira); Unidade Federativa; Município.

c) Critérios de elegibilidade para compor ou não o PAEE: além de reunir informações sobre esse profissional ser ou não uma pessoa com deficiência, os indicadores permitem identificar, especificamente, se a pessoa é cega, com baixa visão, surda, com deficiência auditiva, com deficiência física, com surdocegueira, com deficiência múltipla e/ou com deficiência intelectual.

d) Atuação: se o docente atua no ensino de cursos presenciais e/ou à distância; em atividades de extensão; em atividades de gestão, planejamento e avaliação; em atividades de ensino em curso de pós-graduação stricto sensu presencial e/ou à distância; em atividades de ensino em curso sequencial de formação específica; em pesquisa no âmbito de projetos e programas; se possui bolsa de pesquisa; se esteve vinculado à IES na condição de docente substituto; se esteve em exercício até a data do censo; se esteve vinculado à IES na condição de docente visitante.

4º Módulo: Aluno

Em relação aos estudantes matriculados na Educação Superior, temos vários indicadores que envolvem diversas unidades temáticas, as quais abrangem desde sua vinculação à instituição até as suas condições de acesso e permanência nesse nível de ensino.

Inicialmente, os microdados são explorados no que tange às próprias IES e ao curso em que o/a estudante está vinculado/a (correspondentes ao 1º e 2º módulos, já apresentados). Em um segundo momento, neste mesmo módulo, além do código individual de cada estudante, são coletados dados referentes a: Vínculo institucional (curso atual, curso de origem em caso de transferência); Cor/Raça; Sexo; Nacionalidade; Ano de Nascimento e Idade atual; Unidade Federativa e Município de nascimento.

Particularmente no que se refere aos critérios para compor o PAEE, é possível levantar informações sobre se é uma pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (de forma genérica) e, mais especificamente, se é alguém com deficiência auditiva, física, intelectual e/ou múltipla, se é uma pessoa surda, surdocega, com baixa visão, cega e/ou com altas habilidades/superdotação. Vale ressaltar que, no âmbito dos Transtornos Globais do

Desenvolvimento (TGD), os indicadores abrangem: o autismo infantil, a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Rett e o Transtorno Desintegrativo da Infância.

É possível, ainda nesse módulo, identificar elementos inerentes às condições de ingresso e permanência do/a estudante, que compreendem:

- Origem escolar: Ensino Médio em escola pública ou privada;
- Forma de Ingresso: Vestibular, Enem, Avaliação Seriada, Seleção Simplificada, Vagas Remanescentes, Programas Especiais, Transferência Ex-officio, decisão judicial, convênio para estudantes estrangeiros, reserva de vagas (étnico, pessoa com deficiência, estudante procedente de escola pública, social/renda familiar, outra);
- Situação de vínculo: Data de Ingresso, Carga Horária, Cursando, Matrícula trancada, Desvinculado do curso, Transferido para outro curso da mesma IES, Formado (ano e semestre), Falecido, Mobilidade Acadêmica nacional ou internacional (intercâmbio, Ciências sem Fronteiras, país de destino);
- Financiamento Estudantil (reembolsável): do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), do governo estadual; do governo municipal, da administração da IES, de entidades externas à IES, de outras entidades;
- Bolsas (não reembolsáveis): do Programa Universidade para Todos (Prouni) – integral ou parcial, do estado ou município, da IES, de entidades externas à IES, de recursos administrados por outras formas;
- Apoio Social: moradia, transporte, alimentação, material didático e bolsas (trabalho/permanência);
- Atividades extracurriculares (com ou sem bolsa): estágio não obrigatório, extensão, monitoria e pesquisa;
- Programas específicos: Programa especial para a formação de professores em exercício na rede pública de educação básica (PARFOR);

Sendo assim, considerando-se os indicadores estatísticos oficiais e seu possível alcance na esfera das políticas educacionais, conforme indicam Jannuzzi (2005) e Meletti e Bueno (2011), o esforço nesse primeiro estudo foi de reunir, sistematizar e analisar alguns indicadores, em escala nacional, referentes ao perfil dos estudantes que compõem o PAEE e que estiveram ou estão matriculados nas IES brasileiras. Nesse sentido, com base no método descrito a seguir, o intuito foi o de contribuir com a construção de elementos e reflexões inerentes à duplicidade existente entre Educação Superior e Educação Especial.

Método

Trata-se de um estudo documental, por se tratar de uma exploração de dados já coletados pelo Inep, considerando-se as vantagens deste tipo de investigação, tais como: a indicação de possíveis questões para investigações futuras, proposições políticas e, também, direcionamentos práticos; há uma menor influência de subjetividades, uma vez que trata-se de dados brutos, no caso deste estudo; o acesso rápido e de baixo custo à fonte, uma vez que os documentos do Inep são públicos e passível de utilização (CAULLEY, 1983). Mais especificamente, o delineamento de análise configura-se como estatística descritiva que, segundo Agresti e Finlay (2012), tem como principal objetivo “reduzir os dados a formas mais simples e de fácil entendimento, sem distorcer ou perder muita informação” (p. 21).

Na esfera dessa abordagem, então, foi considerado para o presente estudo o universo dos últimos microdados censitários da Educação Superior brasileira disponibilizados publicamente pelo Inep, em referência ao ano de 2016. Como população do estudo, foram consideradas todas as informações referentes às matrículas no âmbito de todas as Unidades Acadêmicas da IES do país. Por fim, a amostra de análise restringiu-se aos seguintes indicadores referentes ao 4º Módulo, a saber: Dependência Administrativa, Tipo de Curso, Critérios de elegibilidade para compor o PAEE e Sexo.

- Nesse sentido, valendo-se de um computador com acesso à internet e da versão 21 do *software* de análise estatística *IBM SPSS Statistics*, os dados foram tratados, inicialmente, nas seguintes etapas (INEP, 2016), a saber: 1ª) foi aberta uma planilha no software SPSS e, então, clicou-se na aba *File, Open, Data*; 2ª) em *Files of type*, foi selecionada a opção *All Files (*.*)*, para que os arquivos em formato *Comma-Separated Values (CSV)* pudessem ser visualizados e, então, foi selecionado e aberto o arquivo com os microdados da Educação Superior de 2016; 3ª) foi mantida a opção *No* em *Does your text file match a predefined format?*; 4ª) a opção *Delimited* foi mantida em *How are your variables arranged?* e, em *Are variable names included at the top of your file?*, foi selecionado *Yes*, alterando-se para a opção precedente automática; 5ª) foi mantida a opção 2 em *The first case of data begins on which line number?*. Além dessa, foram mantidas as opções *Each line represents a case* em *How are your cases represented?* e *All of the cases* em *How many*

cases do you want to import?; 6^a) foi desmarcada a opção *Space* e marcada a opção *Other* em *Which delimiters appear between variables?*, utilizando-se o *Pipe* (|) como delimitador. Então, foi mantida a opção *None* em *What is the text qualifer?*; 7^a) as opções marcadas em *Specifications for variable(s) selected in the data preview* foram mantidas; 8^a) nessa última etapa de *Text Import Wizard*, foi possível optar *Yes* em *Would you like to save this file format for future use?* e em *Would you like to paste the syntax?* para, então, clicar em *Finish*, finalizando assim o processo de importação de dados no software SPSS.

Uma vez importados os dados, sua coleta deu-se por meio do procedimento de tabela de referência cruzada, considerando-se os indicadores já mencionados e, mais especificamente, tendo como base a totalidade de matrículas nas IES brasileiras, foi realizada a separação entre: estudantes que compõem o PAEE; estudantes que não compõem o PAEE; e informação não disponível.

Nesse processo, os microdados foram tratados por meio da elaboração de um filtro em cada banco de dados, excluindo todos os registros de matrículas de alunos que não eram caracterizados como PAEE. Este tratamento foi essencial para viabilizar a coleta do grande montante de dados pretendida dentro do período estabelecido para o estudo.

Outro tratamento realizado consistiu na criação de uma nova variável, pois a partir da leitura dos bancos de dados em busca de possíveis inconsistências estatísticas, observou-se que há situações em que um mesmo estudante é indicado como tendo duas ou mais deficiências, o que poderia causar distorção nos dados, fomentando o aumento do número real de estudantes com deficiências matriculados nas IES.

Como resultado desse método, foi possível reunir, sistematizar, analisar e discutir alguns elementos específicos ao 4^o Módulo, particularmente os que cerceiam a matrícula do PAEE nas IES brasileiras, de maneira a contribuir com a construção de um panorama nacional atual sobre a representatividade da legitimação da garantia do direito do PAEE em (ao menos) ingressarem a Educação Superior no Brasil.

Resultados e discussões

À luz das diretrizes promulgadas pela Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, e da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que há

exatos dez anos também definiu ações para a promoção de contextos inclusivos nas IES brasileiras, importa considerar os diversos fatores que contribuíram com o contínuo aumento no número de matrículas de pessoas com deficiência na Educação Superior Brasileira.

Nesse sentido, para o presente estudo, o recorte de análise deu-se em categorias de correlações entre o número de matrículas e o critério de elegibilidade para compor o PAEE, com base nas seguintes variáveis: a) Número de Matrículas; b) Dependência Administrativa; c) Modalidade do Curso; d) Sexo; e) Índices de Matrículas por critérios de elegibilidade para compor o PAEE. Importa, contudo, fazermos as seguintes ponderações de análise:

- Nem todas as pessoas que compõem o PAEE declara a sua própria condição e, pela frequente ausência de sistemas que contribuem com esse processo, Cabral e Santos (2017, p. 109) indicam alguns desafios e implicações tangenciam esse processo:

- a) predomina, ainda, uma inércia política e cultural na qual a instituição tende a acompanhar, de maneira específica e prioritária, os estudantes que se autodeclararam, sobretudo no momento de suas matrículas, como tendo algum tipo de necessidade educacional especial;
- b) o processo de autodeclaração ainda dá espaço a possíveis equívocos, talvez pelo desconhecimento da diferenciação entre deficiência (ex.: deficiência visual) e alguma disfunção corrigível (ex.: miopia), tanto por parte dos agentes e instrumentos institucionais, quanto pelos próprios estudantes;
- c) quando uma instituição considera somente as autodeclarações, ela pode fazer sucumbir ao fracasso aqueles estudantes com necessidades específicas e que, por ocultarem suas condições, tendem a vivenciar ao longo de sua trajetória situações de preconceito, abandono institucional e discriminação negativa entre seus pares;
- d) os estudantes que optam por não se autodeclararem, além de tender a não usufruírem de apoios específicos oferecidos pela instituição, podem contribuir com o enfraquecimento de um movimento político de seus pares que buscam por fomentar uma cultura institucional mais inclusiva, tangenciando ou não possíveis políticas de ações afirmativas.

- Os dados das Sinopses estatísticas, frequentemente, não correspondem aos dados explorados de forma mais detalhada com base nos microdados estatísticos. Suspeita-se, sobre esse processo, que alguns indicadores específicos sejam tratados de maneira diferenciada, o que reflete em possíveis discrepâncias estatísticas entre esses documentos (sinopses e microdados). É indiscutível, porém, que as informações dos microdados são mais fidedignas para análises aprofundadas, uma vez que não tenham passado por tratamentos possivelmente enviesados.

Sobre isso, questiona-se: as discrepâncias entre as informações publicadas não seriam, de certo modo, arbitrárias para direcionamentos políticos, encaminhamentos

orçamentários e implementação de estratégias práticas? Justificamos a motivação deste questionamento com base nas discrepâncias entre os primeiros dados levantados pelas diferentes fontes (sinopse de 2016 e microdados correspondentes): o número de matrículas do PAEE na Educação Superior.

No informe público do Inep sobre a Sinopse da Educação Superior de 2016 (atualizado em 2017), foi dito que “34.366 cursos de graduação foram ofertados em 2.407 instituições de educação superior (IES) no Brasil para um total de 8.052.254 estudantes matriculados” (INEP, 2017, grifo dos autores). Contudo, não é o que mostram os dados brutos de matrículas, quando considerados os microdados disponíveis pelo próprio instituto (Tabela 1).

Tabela 1 – Total bruto de matrículas nas Instituições da Educação Superior (IES) – 2016

PÚBLICO	TOTAL BRUTO	PERCENTUAL
Não compõe o PAEE	10.703.252	93.5%
Compõe o PAEE	50.118	0.4%
Informação não disponível	696.157	6.1%
TOTAL	11.449.527	100%

Fonte: Elaboração própria. Microdados do Censo da Educação Superior de 2016.

Como pode ser observado, de um total de 11.449.527 (e não 8.052.254 conforme apresentado na Sinopse de 2016), somente 0.4% dos estudantes da Educação Superior compõe o PAEE podendo sugerir, além das possíveis dificuldades de ingresso enfrentadas por essa população nos próprios processos seletivos, historicamente de ingresso excludentes, mas também uma possível defasagem educacional advinda do seu percurso escolar no âmbito da Educação Básica que, por sua vez, pode coadunar com situações de evasão escolar, sobretudo no Ensino Médio.

Sobre esse fato, especificamente, Faé (2015) sinaliza que contribuem para esse cenário alguns fatores que podem ser de cunho cultural, político, familiar, profissional e/ou escolar, a saber: ausência de um projeto de vida; baixa autoestima desses estudantes; pais desacreditados da potencialidade de seus filhos; dificuldade para conciliar trabalho e estudo; falta de ajuda de familiares em casa nas atividades de estudo; falta de participação dos pais na vida escolar; ausência de formação continuada para professores na área de Educação Especial; dificuldade, por parte da escola, para buscar participação de órgãos públicos e fazer valer a legislação; carga horária muito limitada dos professores das Salas de Recursos Multifuncionais – SRM; falta de interação entre o profissional da sala de recursos com os demais professores; formação inadequada dos professores na

graduação; incompreensão e estresse dos professores; discriminação por parte de professores e colegas de escola; falta de espaço para convivência social; e, por último, o fato de os processos seletivos não atenderem a todos os tipos de necessidades educativas.

Uma vez nas IES brasileiras, por sua vez, é possível que os microdados indiquem as diferentes unidades administrativas da Educação Superior em que os estudantes que compõem ou não o PAEE estão matriculados (Tabela 2):

Tabela 2 – Percentual de matrículas de alunos em Instituições da Ensino Superior (IES), por dependência administrativa, da IES em 2016.

UNIDADE ADMINISTRATIVA	NÃO COMPÕE O PAEE	COMPÕE O PAEE	NÃO DISPÕE DE INFORMAÇÃO
Pública Federal	13.11%	29.4%	23.8%
Pública Estadual	5.99%	6.5%	15.6%
Pública Municipal	0.31%	0.2%	3.6%
Privada com fins lucrativos	46.75%	34%	26%
Privada sem fins lucrativos	32.98%	29.3%	30.5%
Especial	0.85%	0.5%	0.3%
TOTAL	100% (10.703.252)	100% (50.118)	100% (696.157)

Fonte: Elaboração própria. Microdados do Censo da Educação Superior de 2016.

No que se refere à distribuição das matrículas por dependência administrativa, observa-se que há prevalência de matrículas em IES privadas para todos os públicos estudados (67% para o público que não pertence ao PAEE, 63.3% para os alunos PAE e 56.5% para aqueles estudantes que não dispõem desta informação). Sobre esses dados, identifica-se outra imprecisão se comparada à Sinopse, onde é dito que no âmbito dos quase 3 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação, 82,3% foram em instituições privadas. De acordo com os microdados, este número cai para uma média de 66.5%. Mais uma vez, nos questionamos: o que leva tamanha discrepância entre as sinopses publicadas e os microdados?

Além disso, importa uma atenção direcionada aos dados referentes ao grupo de estudantes que não dispõem da informação sobre compor ou não o PAEE. São muitas as IES que não dispõem de instrumentos específicos para sua identificação. Sobre isso, Cabral e Santos (2017), sugerem o desenvolvimento estratégias que contribuam com o registro, de forma continuada, de informações inerentes a:

necessidades e potencialidades identificadas nas esferas sociais, interpessoais, intrapessoais, cognitivas, organizacionais e projetos de vida, vislumbrando-se, inclusive, a promoção de estratégias para a transição do acadêmico para o mercado de trabalho, pois é imprescindível trabalhar no âmbito do empoderamento e autonomia do próprio estudante (p. 114-115).

Tabela 3 – Percentual de matrículas de estudantes nas Instituições da Educação Superior (IES), por modalidade do curso, em 2016.

MODALIDADE DO CURSO	NÃO COMPÕE O PAEE	COMPÕE O PAEE	NÃO DISPÕE DE INFORMAÇÃO
Presencial	78.6%	78.2%	92.8%
A distância	21.4%	21.8%	7.2%
TOTAL	100% (10.703.252)	100% (50.118)	100% (696.157)

Fonte: Elaboração própria. Microdados do Censo da Educação Superior de 2016.

No que diz respeito a modalidade do curso, observa-se que tanto os estudantes que não compõem o PAEE quanto os que o compõem têm suas matrículas concentradas em cursos presenciais (78,6% e 78,2%, respectivamente). O mesmo ocorre com os estudantes que não possuem informação quanto ao fato de serem ou não PAEE (92,8%).

Tabela 4 – Percentual de matrículas de estudantes em Instituições da Educação Superior (IES), por sexo, em 2016.

SEXO	NÃO COMPÕE O PAEE	COMPÕE O PAEE	NÃO DISPÕE DE INFORMAÇÃO
Masculino	44.1%	51.7%	46.5%
Feminino	55.9%	48.3%	53.5%

Fonte: Elaboração própria. Microdados do censo escolar do ensino superior de 2016.

Quanto ao sexo dos alunos, observou-se que há pouca variação entre os públicos observados, sendo que no caso dos alunos PAEE há um número ligeiramente maior do sexo feminino, enquanto os outros dois públicos prevalecem, ainda que com pouca diferença, o sexo masculino. Vale pontuar que este dado se diferencia dos dados da educação básica, uma vez que naquele nível de ensino, 60% de matrículas de PAEE são do sexo masculino (MENDES, LOURENÇO, 2009; SANTOS, 2017).

Tabela 5 – Percentual de matrículas de alunos PAEE em Instituições de Ensino Superior (IES) por critério de elegibilidade para o PAEE em 2016.

CRITÉRIO PARA PAEE	%
Deficiência Física	36.6%
Baixa Visão	29.3%
Deficiência Auditiva	14.2%
Cegueira	5.7%
Surdez	5.0%
Deficiência Intelectual	3.8%
Deficiência Múltipla	2.2%
Altas Habilidades/Superdotação	3.0%
Autismo Infantil	0.6%
Síndrome de Asperger	0.6%
Surdocegueira	0.3%
Transtorno Desintegrativo da Infância	0.3%
Síndrome de Rett	0.1%

Fonte: Elaboração própria. Microdados do Censo da Educação Superior de 2016.

A última categoria explorada consistiu na caracterização do público alvo da educação especial, de acordo com os próprios critérios de elegibilidade disposto no Decreto nº 7.611/2011 e, conseqüentemente, nos próprios indicadores do Censo da Educação Superior estudantes. De acordo com os dados, infere-se que a deficiência física predomina estatisticamente, sendo seguida dos alunos com baixa visão, deficiência auditiva, cegueira e surdez, respectivamente. Ou seja, deficiências sensoriais. Este dado destoa fortemente dos dados da educação básica, uma vez que em todo o país predominam-se as matrículas de alunos com deficiência intelectual (acima de 40% e chegando a ser até mesmo 70% em alguns locais) (VELTRONE, MENDES, 2009; MENDES, CIA, D’AFFONSECA, 2015; SANTOS, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras aproximações apresentadas no presente estudo nos permitem retomar a questão norteadora das investigações: podemos falar em democratização do acesso? De fato, o que podemos afirmar é que emergiram mais inquietações do que respostas.

- O que justifica as significativas discrepâncias entre as sinopses e os microdados do Censo da Educação Superior?
- Existe uma indução pública sobre os panoramas nacionais sobre a democratização do acesso, em detrimento da disponibilização de recursos públicos e privados?
- O que leva as sinopses indicarem um percentual de matrículas em instituições privadas (82,3%) bem maior do que o que está disposto nos microdados (66,5%)?
- Como possíveis correlações entre os microdados poderão contribuir para a condução de políticas e práticas da Educação Superior?
- O quanto estamos, nas discussões sobre a Educação Especial na Educação Superior, negligenciando as outras unidades administrativas, em detrimento das universidades públicas, no âmbito das investigações científicas, uma vez que estamos lidando com a garantia de direitos do PAEE no processo de ingresso, permanência e formação na esfera da Educação Superior no Brasil?

Sem dúvidas, a avaliação da educação superior adquiriu enorme relevância acadêmica e social, visto que conforme a indicação dos dados e discussões, a

democratização do acesso para o PAEE nas IES brasileiras não são fenômenos homogêneos.

Espera-se, portanto, que o presente artigo contribua com a sistematização e análise de indicadores da Educação Superior com vistas a possibilitar ulteriores estudos correlacionais e coadunar as informações para a integração de atividades de planejamento estratégico e avaliação institucional das IES brasileiras.

REFERÊNCIAS

AGRESTI, A.; FINLAY, B. *Métodos Estatísticos para as Ciências Sociais*. Porto Alegre: Penso. 2012.

BRITO, A. E. C. A.; QUIRINO, D. L. C.; PORTO, L. C. M. Educação especial e inclusiva no ensino superior. *Revista Educação*, Londrina, PR, v.16, n.20-21, p.14-20. 2013.

CABRAL, L. S. A., MELO, F. R. L. V. Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. *Educar em Revista*. Curitiba, PR, 33 (nº esp. 3), p. 55-70. 2017.

CABRAL, L. S. A.; SANTOS, B. C. Instrumentos informatizados institucionais para a identificação de necessidades educacionais de estudantes universitários. *Inclusão Social*, Brasília, DF, v.11, n.1, p.105-117. 2017.

CAULLEY, D. Document analysis in program evaluation. *Evaluation and Program Planning*. Oxford, USA. Vol. 6, pp. 19-29, 1983.

FAÉ, M. B. R. Acesso à Educação Superior: o ponto de vista dos alunos do ensino médio com necessidades educacionais especiais. 2015. 91f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES. 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Microdados do censo da Educação Superior 2015*: Manual do Usuário. Brasília: Inep. 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *MEC e Inep divulgam dados do Censo da Educação Superior 2016*. 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206>. Acesso em: 12 Jul. 2018.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, v. 56, n. 2, p. 137-160. 2005.

MELETTI, M. S. M.; BUENO, J. G. O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 17, n. 33, p. 367-383. 2011.

MENDES, E. G., LOURENÇO, G. F. Viés de gênero na notificação de alunos com necessidades educacionais especiais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.15, n.3, p. 417-430. 2009.

MENDES, E. G.; CIA, F.; D’AFFONSECA, S. M (Org.). *Inclusão escolar e avaliação do público-alvo da Educação Especial*. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015.

MOREIRA, L.C.; BOLSANELLO, M.A.; SEGER, R.G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. *Educar em Revista*, n.41, p.125-143, 2011.

REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. Indicadores Educacionais de matrículas de alunos com deficiência no Brasil (1974-2014). In: *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 29, n. 70, p. 276-307. 2018.

SANTOS, V. *Análise de indicadores educacionais censitários da política de inclusão escolar: uma proposta metodológica*. 2017. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 2017.

SOARES, M.S. A Universidade de Brasília e o vestibular para candidatos com Necessidades especiais. In: Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, 3. 1998, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: MEC, 1998. v. 3, p. 231-234.

VALDES, M.T.M. (Org.). *Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil: caminhos e desafios*. Fortaleza: EDUECE, 2006.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. Inclusão e fracasso escolar: o que pensam os alunos com deficiência mental? *Revista de Educação Especial*, Santa Maria, RS, v. 22, p. 59-72. 2009.

Recebido em: 29/01/2018

Aceito em: 27/02/2018